

---

## **A construção da cidadania feminina na revista AzMina: um estudo de gênero<sup>1</sup>**

Amanda Porto de SOUZA<sup>2</sup>

Rosana Cabral ZUCOLO<sup>3</sup>

Universidade Franciscana, Santa Maria, RS

### **Resumo**

Este trabalho aborda o papel da comunicação social e do feminismo na conquista da cidadania da mulher. Tem como objetivo o modo como a revista AzMina configura os direitos femininos em suas reportagens. Para a realização do trabalho, foram estudados os principais conceitos com base em Traquina (2001), Scherer-Warren (1999), Connell e Pearse (2017), Araújo (2012), Butler (2003), Blay (2016), entre outras. As teorias do agendamento e contra agendamento, webjornalismo e ciberativismo guiaram o aporte teórico-metodológico, baseado na análise conteúdo de Bardin (1977), e evidenciaram que a revista AzMina é um configurador da cidadania feminina.

**Palavras-chave:** Gênero; Feminismo; Cidadania; Comunicação.

### **Introdução**

Os processos comunicacionais estão intimamente ligados aos processos sociais e ao desenvolvimento da civilização. Isto é notável quando observa-se a globalização e a evolução da tecnologia, como os sistemas comunicacionais foram capazes de reduzir distâncias geográficas e integrar pessoas. Essa aproximação gerou integração entre comunidades com sujeitos de cada canto do mundo, manifestações de rua foram movidas primeiramente em grupos nas internet e em mídias coletivas.

Enquanto a configuração atual de ideais e movimentos se modifica, os meios de comunicação, como mediadores, legitimam essas ações e são agentes ativadores de políticas públicas e projetos implantados. Os meios de comunicação são capazes de criar níveis de importância para acontecimentos, escolher os fatos que serão visualizados ou não, efetivamente, o que vai para a esfera pública.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Jornalismo da Universidade Franciscana - UFN, e-mail: [mk.souza0912@gmail.com](mailto:mk.souza0912@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Franciscana - UFN, e-mail: [rosana.zucolo@gmail.com](mailto:rosana.zucolo@gmail.com).

---

A realidade sócio-cultural na qual vivemos hoje - uma cadeia de retrocesso, ataques, assassinatos, estupros e outras formas de violência -, começou há décadas, e não se pode ignorar o papel da mídia nesse processo. Começa nos atores que comunicam acontecimentos, e criam necessidades coletivas ou as diminuem, que visibilizam acontecimentos e empoderam sua aparição. Onde há a legitimação da violência, há a consumação desta.

Teorias de gênero, discutidas neste trabalho, afirmam que a estrutura comunicacional tradicional, social e cultural como um todo é baseada na desigualdade de gênero, e isso permeia até as relações mais básicas na sociedade. Trata-se de perceber que, cada vez mais acirrada, a discriminação de gênero é presente mesmo com algumas conquistas históricas das mulheres na política.

Os movimentos sociais foram grandes fertilizadores do jornalismo alternativo, pois era onde os coletivos conseguiam ocupar o espaço público e fazerem suas demandas serem visibilizadas. O movimento feminista, especificamente, foi um dos precursores de diversos veículos alternativos existentes hoje, que pautam as questões de gênero, emancipação da mulher e empoderamento. Enquanto a mídia tradicional hegemônica sustenta e reproduz o discurso de uma cultura patriarcal, portais e blog jornalísticos abordam o feminismo, disseminam conhecimento e informação sobre o assunto, para que mais mulheres reconheçam seu lugar e redescubram sua liberdade.

Por isso, o objeto deste trabalho é um veículo de comunicação, alternativo, investigativo e feminista, produzido por jornalistas mulheres colaboradoras. A revista AzMina, fundada em 2015 pela jornalista Nana Queiroz, produz reportagens periódicas disponibilizadas na plataforma online. Suas editorias são diversas e contemplam assuntos do campo feminista, temas de economia, mercado de trabalho, educação, maternidade.

### **A revista AzMina**

A revista AzMina começou a ser veiculada em 2015. Mais de 20 mulheres jornalistas fazem parte da equipe ou colaboram com reportagens e textos de empoderamento feminino, denúncia e reivindicações de direitos das mulheres. Uma das jornalistas que integram a equipe, Nana Queiroz, é referência no feminismo. Com as

---

obras Presos que Menstruam e Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê, ela traz debates acerca dos direitos das mulheres em situação de cárcere e sobre o que é feminismo, esclarecendo alguns “mitos” sobre o movimento, colocando em questão suas verdadeiras pautas e seu sentido. Neste capítulo são abordados as características da revista e o porquê da escolha desse objeto.

A Organização AzMina foi criada pela jornalista Nana Queiroz, como forma de luta contra a violência de gênero, combatendo todos os tipos de opressão, levando em conta as diversidades de raça, etnia, classe social e orientação sexual de todas. A Organização realiza eventos e oficinas em vários locais, as integrantes realizam consultoria, palestras e debates sobre violência contra mulher. Elas também foram precursoras das campanhas de conscientização das redes sociais #CarnavalSemAssédio e #MamiloLivre, sobre liberdade sexual, respeito e dignidade feminina. A partir dessa iniciativa, nasce a revista AzMina para dar visibilidade e compartilhar os processos sociais feitos por mulheres.

AzMina é uma revista online e gratuita, sem fins lucrativos, com reportagens de cunho social e investigativo, que promove eventos, oficinas, palestras e consultorias para aprofundar o debate sobre violência contra mulher. Com o forte discurso feminista presente nas matérias e nos espaços, a revista traz um empoderamento que chega até as mulheres que a internet não alcança. Através de projetos em periferias, espaço de fala para mulheres negras e trabalhadoras, ela se tornou um dos meios de comunicação mais fortes em relação à luta feminista.

A revista é dividida em 25 editorias, cada seção contempla um “estilo” de reportagem e foco do assunto abordado, são elas: *Fôlego, Afronerd, Minas que Honram o rolê, Molhadinha, Programa, Mãezinha vírgula, Mundo, Descomportadas, Butina, Divã D’AzMina, Mochilão D’AzMina, Beleza Pura, Só no Caimento, Esporte, Romance de Folhetim, Trocando Ideia, Hard Grrrls, Cofrinho, Antropologia feminista, Tradição e Feminismo, Direitos D’AzMina, Mulher Trans, Puta Feminista!, Por um novo normal, AzMina faz, AzMina Speak English, AzMina Habla Español*. Também há a editoria “especiais” que comporta as reportagens investigativas realizadas com financiamento coletivo. Essas investigações trazem casos de abusos e exploração sexual, geralmente de menores de idade, violação de crianças e mulheres indígenas, a violência doméstica, a

---

violência na prostituição, precariedade de moradias, criminalização do aborto nas situações legais.

Cada seção apresenta uma proposta de abordagem para englobar as diversas linhas de assuntos do mundo da mulher e da luta feminista. *Butina*, *Mulher Trans e Puta Feminista!* abordam as questões de gênero LGBTQ's com matérias sobre as vivências, expressões e violências sofridas por mulheres lésbicas, reportagens sobre prostituição e a vida de travestis em São Paulo. *Meu nome não é mãe* e *Mãezinha vírgula* são compostas por matérias escritas por mães e entrevistas com pautas da maternidade compulsória e o direito das crianças no movimento feminista. *Molhadinha* traz matérias e textos sobre a sexualidade feminina, suas expressões e abordagem de temas tabus. *Fôlego* (seção investigativa), *Direito d'AzMina* e *Antropologia Feminista* trazem matérias sobre a retirada de direitos, a conquista pelos direitos e discussões atuais como a descriminalização do aborto, feminicídio e denúncias de violações. *Minas que Honram o Rolê* fala sobre histórias e visibilidade para mulheres e militantes que estão na luta feminista e na luta diária para sobreviver, com projetos sociais e trabalhos de mulheres que fazem a diferença. *Cofrinho* traz matérias sobre economia, do âmbito pessoal ao mundial, com histórias e textos de orientação para investimentos e independência financeira. Só no *Caimento*, *Beleza pura*, *Hard Grrrls* e *Mochilão das Mina* falam sobre temas culturais, moda, beleza, viagens, feitas e voltadas para mulheres.

As reportagens têm didática para explicar assuntos complexos ou polêmicos, como prostituição, aborto, estupro, buscando uma “educação” para as leitoras que ainda não estão dentro do movimento feminista e, também, para os possíveis leitores. Em especial, há a editoria investigativa, com reportagens de denúncia social, de retirada de direitos ou não cumprimento de leis que protegem a mulher.

### **Jornalismo digital e ativista**

Com a globalização e a difusão do acesso à internet, os veículos de comunicação passaram a investir em *blogs* e espaços online para a produção de suas notícias, já que, além de ter um alcance relativamente alto, não necessita de grandes investimentos. Inicialmente, o jornalismo digital era a mera reprodução de notícias já publicadas nos jornais impressos. Com o aumento de produtores de conteúdo e um grande volume de

---

notícias em pouco tempo, os jornais passaram a criar conteúdos próprios para a plataforma online. No final da década de 80, o webjornalismo já fazia parte da prática comunicativa entre os jornais. Hoje, inúmeros veículos de comunicação - principalmente alternativos e independentes - englobam boa parte das mídias na internet, como, por exemplo, a mídia Ninja, Agência Pública, Jornalistas Livres, A Ponte. Dentre as quais se propõem a tratar de feminismo, estão, a referente Revista AzMina, Nós Mulheres da Periferia, Think Olga, Blogueiras Negras, Lugar de Mulher, Girls With Style, Mais Magenta, TODAS Fridas, Empodere Duas Mulheres, Vai Menina, e outras.

Para João Canavilhas (2005) a técnica da pirâmide invertida domina ainda boa parte da produção jornalística impressa. Porém, o autor afirma que a aplicação da pirâmide faz com que a escrita se torne rotineira, limitada e sem criatividade. No jornalismo digital, a técnica limita a produção que tem inúmeras possibilidades no meio online, hipertexto, hiperlinks, estrutura de matérias, formas de leitura, navegação.

Na internet e na revista digital, a leitora ou o leitor define seu próprio percurso de leitura, dessa forma, essa nova moldagem dos textos possibilita a navegação pela matéria de forma livre, onde há mais interesse e com informações aprofundadas. AzMina coloca subtítulos em suas reportagens para que o texto seja construído de forma fluida, em que a complexidade seja destacada ao longo do texto, visto que, os temas são abrangentes e há o compromisso em explicá-los.

A partir da segunda onda do movimento feminista (1960 - 1980), uma das preocupações do grupo era com a forma que o movimento e as pautas femininas eram representadas no espaço público, na ciência, nos estudos antropológicos, na comunicação. E se elas estavam no espaço público. Dessa forma, as críticas à produção jornalística e à comunicação também integraram esse novo momento.

Muitas feministas, como Donna Haraway, Ruth Bleier, Lynda Birke, apontaram problematizações na produção científica acadêmica, afirma Jessica Costa (2017). Criou-se, então, um ambiente para discussão sobre a construção de um conhecimento e da produção deste que incluísse as mulheres (enquanto produtoras e estudiosas). A questão principal era de que forma e se era possível, simplesmente incluir mulheres nessas teorias, numa ciência majoritariamente e historicamente composta por homens. Para Costa (id), os estudos feministas se dividiram em dois focos: o primeiro apontava para a

---

mulher na ciência, exigindo um tratamento equitativo na área, e, o segundo, para o questionamento de ser possível utilizar esse conhecimento profundamente masculino para a emancipação feminina.

Alicerçado nesses primeiros questionamentos, o movimento feminista passa também a questionar a produção e o papel da comunicação na construção de uma informação real, específica e representativa. Costa (2017) ressalta a participação valiosa que o feminismo tem no jornalismo, de forma crítica à mídia que ainda sustenta estereótipos e reproduz violências de gênero. É preciso que haja uma mudança na forma de se fazer comunicação (tradicional), para que os símbolos que reproduzem desigualdades e machismo sejam ultrapassados.

Dessa forma, a autora afirma que o feminismo tem muito a acrescentar para uma comunicação igualitária e democrática, principalmente nos “pilares” do jornalismo: objetividade, neutralidade e imparcialidade. Já que, este último, protagoniza grande parte dos contextos opressivos e machistas em coberturas sobre violência contra mulher.

### **Gênero e feminismo na constituição da cidadania**

Os arranjos de gênero podem ser fontes de prazer - para os homens - e usados para favores ou até como identidade e expressão, que vai para um outro debate, mas eles trazem muito mais malefícios para uma determinada categoria, do que benefícios. Isso significa, para Connel e Pearse (2016), que o gênero é inerentemente político. Interfere e prejudica todas as relações desde o privado até o público. Principalmente, o lugar da mulher na esfera pública e sua submissão no campo privado. As pesquisadoras ressaltam que o gênero deve ser lido e entendido como estrutura social, onde há alguns hábitos de diferenças (como a menstruação, na passagem da adolescência para a vida adulta), mas, quase sempre, fazem mais do que isso.

A desigualdade entre homens e mulheres nas esferas várias da sociedade é percebida no mercado de trabalho, na cultura pop, no entretenimento, no acesso à educação e graduação, na cultura e, principalmente, na política. Para Connel e Pearse (id), os corpos são trazidos à uma “arena” de processos sociais, em que a conduta é determinada pela diferença reprodutiva. Para compreender a estrutura gigantesca de gênero é preciso compreender como os processos sociais e corporais se mesclam, pode-

---

se analisar o ponto de vista que as autoras colocam sobre o desenvolvimento social e pessoal.

Connell e Pearse (id) discorrem sobre a próxima problemática de gênero, a dimorfia instituída, que não corresponde com a realidade. Nessa linha, Judith Lorber (2005) descreve o gênero como um complexo formado por: categoria sexual; identidade; status marital; orientação de gênero; personalidade; processos generificados; expressões de gênero. Todas essas formas variam entre si, existem inúmeras posições de gênero, logo, é impossível sustentar a teoria baseada na separação de dois universos apenas (homem e mulher). Nota-se que a reprodução sexual não define as práticas de gêneros, mas é usada para embasar tal teoria, esse domínio resulta nas relações que temos hoje, com a opressão do feminino, assédio sexual, violência, como um exercício de poder.

A história e a cultura patriarcal podem ser modificadas ou transformadas, já que a teoria de gênero parte de que as estruturas sociais são construídas e seus sujeitos representados de forma que cumpram com a ordem vigente imposta culturalmente. Como esta imposição é construída, ela pode ser derrubada. Judith Butler (2003) traz primeiramente uma reflexão necessária sobre a categoria “mulher”. Para a pesquisadora, política e representação são termos polêmicos. Representação é uma função político-linguística que forma os próprios sujeitos como só podendo ser representados (como categoria), se forem reconhecidos como sujeitos e cidadãos.

Para Butler (id), o sujeito “mulher” dentro do coletivo é resultado e constituição de uma política representacional, em contraponto com o estereótipo construído pela sociedade, assim, a cidadania feminina coloca a mulher no mundo. Junto a isso, o feminismo vem como um movimento inerentemente político, seu despoite foi realizado por mulheres brancas, que reivindicavam o direito ao voto de imediato, o direito às condições de trabalho com qualidade e respeito. Apesar de longa, a história do feminismo mostra a evolução de suas pautas de acordo com a época e com a mentalidade das mulheres que militavam no momento.

Clara Araújo (2012) aborda o feminismo como fator relevante para a construção de uma cidadania feminina, já que um dos enfoques do movimento são os direitos sociais iguais para o exercício da cidadania. Para Araújo, o atual modelo democrático exclui as mulheres de forma subjetiva e intrínseca. Na política, as mulheres estão em



---

menor escala do que os homens, além de contrapontos e falta de aparatos para representarem umas às outras e disputarem os cargos. Além do pouco incentivo que se tem para que elas entrem e ascendam na política.

Também nascido dentro do movimento feminista, o reconhecimento pelos direitos humanos das mulheres é pautado por Epping e Prá (2012), que destacam inúmeras ações e fóruns estabelecidos pela articulação feminina, entre eles, o Programa de Ação do Cairo (1994). Esse protagonismo social e a formulação da agenda social - que torna-se agenda midiática, logo, política - faz com que os Estados se comprometam com a política das mulheres e aceitem acordos para diminuir a desigualdade de gênero e assegurar direitos fundamentais à elas.

Para Epping e Prá (id), o feminismo desnuda as relações de poder, pois vem como contraponto à todas as formas de dominação e vinculando as relações familiares às relações sociais, esferas que, até então, eram insistentemente separadas, para isolar as mulheres. A velha noção de que “lugar de mulher” é um lugar doméstico - como se a vida cotidiana não fosse política - se desmonta aos poucos com as emergências de coletivos variados e a efervescência do feminismo.

## **Metodologia**

A metodologia escolhida é análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977). Porém, para analisar essa produção no meio digital, a técnica de análise do conteúdo (utilizada geralmente para o meio impresso), será adaptada de forma que possa abranger os objetivos deste trabalho no meio digital, sem que seu estudo seja restringido pelo formato diferenciado e amplo. Nesse sentido, Recuero (2011) traz como abordagem a se pensar a internet como artefato cultural, para não cair na ideia de que a internet é uma cultura só, com finalidade nela mesma. Pois há diferentes identidades e grupos emergindo na esfera digital, de diferentes culturas. Essa perspectiva, segundo Recuero (id) traz a ligação do meio online com o offline, sua produção ultrapassa diferentes contextos, com atravessamentos de identidades e apropriações, além dos múltiplos locais de consumo entre os indivíduos e instituições.



---

Foram selecionadas quatro grandes reportagens para análise, a escolha foi baseada nos assuntos pautados pelas matérias, de relevância inerente para o movimento feministas e pertinentes na sociedade atual.

Para a análise do conteúdo das reportagens selecionadas, de forma inicial, são observados os pontos de organização de acordo com Bardin (id): a pré-análise; a exploração do material, e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Os níveis do hipertexto também serão pontuados, como sinaliza Canavilhas, a unidade base, nível de explicação, nível de contextualização, nível de exploração. Para além, as categorias: corporificação (dos papéis de gênero), representatividade da mulher (a partir do feminismo), configuração da cidadania feminina, são estudadas na continuidade e parte principal da análise das reportagens.

### **Análises**

A reportagem *Ceder ou desistir: Como o mercado de trabalho está transformando profissionais em donas de casa*, da editoria *Cofrinho*, foi publicada em 08.01.2018, tem como tema principal o mercado de trabalho para mulheres e suas problemáticas. Na sua base, há a apresentação das fontes que compõem a matéria, Thatiane Freire e Renata Mancuzo, duas mulheres que tiveram de escolher se cediam à pressão do mercado exercida sobre as mulheres ou desistiam desse rumo para se dedicar à ser mãe e dona de casa. Essa ação de ceder ao mercado ou desistir de tudo, são conceitos americanizados explicados no início da reportagem, *lean in* e *opt out*, fenômenos presente apenas na vida das mulheres.

O subtítulo já explica a situação: *“No braço de ferro por dar tudo no trabalho, muitas mulheres têm optado por dar nada – e voltam para a tarefa de serem mães em tempo integral”*.

Thatiana, uma das fontes, afirma: *“Eu nunca parei para pensar, conscientemente, que eu trabalho mais do que os homens porque eu preciso...”*.

Ela ressalta a opressão de gênero e como ela pode adoecer mulheres, principalmente se são mães, conclusão notável na expressão *“Se eu pensar em ter filhos ficarei fora e posso perder o meu cargo na empresa”*. A reportagem explana que mulheres são cobradas por preocupações desnecessárias em relação ao desempenho do

---

trabalho, como roupas e ‘estar bem vestida’. Ela escolheu ceder à estrutura do mercado e abrir mão do seu sonho de ser mãe.

A representatividade de mulheres que são mães é clara quando Renata conta que alcançou com muito custo sua posição, mas teve que desistir para poder cuidar dos filhos como queria. *“Tinha a sensação de estar incompleta, não era nem a mãe que eu gostaria de ser, nem a profissional de antes – e estava totalmente perdida como mulher no meio disso tudo”*, a agonia e sofrimento declarado na fala dela mostra o quanto o sistema não é construído de forma inclusiva, e é ainda mais restrito quando se trata de mães.

No contexto da reportagem, como característica geral da revista, há muitos dados interpretados em infográficos e artes no texto, com estatísticas que sustentam a história, demonstram o déficit do país em relação à políticas públicas de inserção da mulher no mercado de trabalho e o reconhecimento delas.

Na segunda reportagem, *Consentimento no sexo também é algo a ser ensinado aos nossos filhos*, da editoria *Meu nome não é mãe*, publicada em 28.02.2018, se questiona: *“A pornografia é cada vez mais violenta e também mais acessível. Vamos deixar que esse seja o referencial de sexo de nossos meninos e meninas?”*. As feministas se colocam assertivamente contra a indústria pornográfica, pela violência de todas as formas cometidas contra as mulheres, além da objetificação do corpo. Também é uma luta pela cidadania feminina, visto pelo fato das condições subumanas em que algumas mulheres são submetidas e a exploração.

O foco da reportagem é o imprescindível limite entre sexo e estupro, onde a violência dentro dos casamentos é invisibilizada. Logo, se faz necessário que a educação dos filhos ensine o respeito, os limites e a esperar o consentimento sempre na relação. Na frase *“Como explicar a meu filho que a namorada/noiva/mulher não lhe deve nada, muito menos sexo e nem acesso irrestrito a seu corpo”*, o questionamento sobre quebrar os estereótipos de gênero a partir da criação dos filhos permeia a discussão.

O movimento feminista concorda que tudo começa na educação para uma sociedade mais igualitária, o consentimento e o respeito ao corpo da mulher é pauta recorrente e a estrutura de gênero, através da corporificação.

---

A expressão “*Como lidar eu mesma com a sensação que por vezes bate de que não posso dizer não muitas vezes seguidas, de que o sexo faz parte dos votos, dos deveres e direitos do casal, em especial do homem?*” revela a submissão das mulheres diante do seu casamento, pelo processo de gênero e a violência das relações. Como dito anteriormente neste trabalho, a estrutura de gênero é a única que envolve a relação direta com corpos e formas de reprodução, o estupro como violação do corpo feminino que pertence à sociedade, à rua, é ponto principal da discussão da reportagem. Silenciosamente, a violência sexual em relações conjugais sempre existiu, ao que parece, mas agora as mulheres levantam e expõem o assunto.

Representar essas mulheres, de todas as idades, é uma das preocupações da reportagem, para dar voz e alertar as leitoras de que isso não é normal, de que é uma violência e elas têm o direito de defender seu próprio corpo.

A terceira matéria aborda também uma pauta central do movimento, como a mulher ocupa o espaço político e se mantém nele. *Qual o lugar da mulher na democracia brasileira*, da editoria *Política*, foi publicada em 08.03.2018, levanta a pertinente e curiosa questão: como um país com mais da metade da população feminina está 154º lugar no ranking de participação de mulheres na política?. O subtítulo explana: *Até mesmo na disputa dentro dos partidos, as mulheres levam a pior. Sem o capital político dos homens, não têm tantos recursos para aparecerem na TV, não ocupam cargos que lhes deem visibilidade e credibilidade perante o eleitor e tampouco são consideradas experientes.*

Na base da reportagem se resgata a noção de cidadania na Grécia antiga, onde a democracia começou aos poucos a fazer parte da sociedade, porém, é sinalizado que o conceito de cidadão não incluía as mulheres. Com isso, elas não podiam exercer sua função democrática, por esse fator que o isolamento da esfera privada é questionado por teóricas feministas, bem como a não-cidadania das mulheres. O fato da mulher ser vista como inferior é um processo que foi construído e ressaltado pelo movimento feminino durante sua história, hoje, com a luta pelos direitos de terceira geração, a cidadania feminina se faz presente.

Os dados apontam a desigualdade, apesar de algumas políticas para inserirem mulheres.

---

*“Embora o Brasil tenha, há nove anos, uma lei que obriga os partidos a preencherem 30% de suas candidaturas por mulheres, a presença delas no Congresso é pífia. Na Câmara, 10,7% dos assentos são ocupados por elas; no Senado, o índice é de 14,8%”.*

Como a expressão literal do direito à cidadania e a participação no espaço pública, a quarta reportagem *Negros na política: por que Marielle era única?*, da editoria *Política*, publicada em 21.03.2018, aborda o assassinato da vereadora Marielle Franco e a subrepresentação de negros na política brasileira. No subtítulo a matéria entrega: *racismo desigualdade e distribuição desequilibrada de recursos nas campanhas e nos partidos são principais responsáveis* pelo fenômeno.

A representatividade dos negros acontece à medida que se percebe que a morte da vereadora e feminista negra é totalmente simbólica. *“Marielle Franco era uma das 32 vereadoras negras eleitas no Brasil em 2016. Trinta e duas vereadoras de um total de 811 vereadores”*, na base da reportagem nota-se os dados que demonstram a minoridade de negras e negros no congresso nacional. Conseqüentemente, essa parcela da população depende de homens brancos que compõem hoje o quadro parlamentar, uma das pautas principais do movimento feminista: ocupar o espaço político. A representatividade e o direito ao exercício cidadão se faz presente nas afirmações da reportagem, denunciando uma realidade ainda racista e machista, que exclui grande parte da sociedade.

Uma das fontes, Osmar Teixeira Gaspar, afirma *“O racismo estrutural brasileiro é responsável pelo baixo índice de negros e negras nos espaços de visibilidade positiva, prestígio e poder no Brasil”*.

De forma didática, a reportagem explica que há todo um sistema que exclui e se encarrega de deixar claro como os descendentes da “forçada diáspora” africana não pertencem à lugares de poder. Neste racismo velado, os brancos ricos que representam a população no legislativo. A matéria também denuncia como os partidos de esquerdas, que, por suas ideias e posição, deveria investir mais na candidatura de pessoas que representem a heterogeneidade, não financiam com o mesmo valor quanto um candidato já “popular” eleitoralmente entre o povo. Os dados também trazem a representação de mulheres negras na política - a qual é nitidamente menor que de mulheres brancas -, Marielle era a única vereadora negra. Um dos processos de corporificação de gênero é o

---

fato do que significa ser uma mulher na sociedade, demanda que o feminismo negro ressalta e pontua incansavelmente.

Ressaltando a importância da mobilização organizada frente às eleições, o texto expressa *“os partidos de esquerda estão organizando às pressas reuniões para convocar as minorias sociais para a luta nas urnas – para enfrentar o crescimento do conservadorismo e da confiança de candidatos à Presidência da República com forte apelo popular por entusiastas da extrema-direita, como o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), ex-militar da ditadura que possui milhões de seguidores em suas redes sociais.”*.

A matéria traz na afirmação da fonte *“a História tem nos ensinado que as mulheres negras são nossos pilares de resistência política desde o cativeiro”*, e como é necessário que o feminismo branco reconheça e se una ao feminismo negro, reconheça suas pautas, recortes, especificidades e caminhe junto para fortalecer a mobilização. *“Eu acredito que vamos ter muito mais Marielles por aí”*.

## **Conclusões**

AzMina, em suas reportagens selecionadas para análise, demonstra de forma crua a realidade de diversas mulheres, com seus recortes sociais, com investigação e denúncia, e representam muito das demandas feministas que o movimento carrega e reivindica. Uma revista de A à Z traz assuntos específicos de contextos determinados até assuntos universais, de mulher para mulher. O assassinato da vereadora Marielle Franco rendeu uma reportagem questionativa sobre a representação de negras e negros no congresso nacional e a morte simbólica que foi essa execução. É possível identificar o direito à cidadania em todos os parágrafos da reportagem *Negros na política: Por que Marielle era única?*. O processo de gênero, corporificação, também é fortemente mostrado nas reportagens, seus conteúdos revelam o que é se tornar mulher no mundo e reconhecer seu lugar para representar a si mesma no espaço público.

Apesar da dolorosa análise de todas as violações sofridas pelas mulheres, a revista retrata isso de forma crua, com o propósito intrínseco de impactar, de mostrar essa realidade. É necessário esse tipo de comunicação. Foi possível entender como a revista contribui e configura o direito a ter direitos das mulheres, visibiliza suas lutas e

---

denuncia a violação de seus corpos. O jornalismo se torna uma ferramenta também na luta pela igualdade e emancipação, AzMina é um exemplo disso.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília: n. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>>. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1ª Edição. Portugal: Edições 70, 1977.

BLAY, Eva. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANAVILHAS, João. **Do jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança**. Universidade da Beira Interior, 2005.

COSTA, Jessica. **Movimento Feminista e a Força de Trabalho**. XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. **Gênero: Uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

EPPING, Léa; PRÁ, Jussara. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2012.

IRIGARAY, Luce. **Ce Sexe qui n'en est pas un**. Paris, Minuit, 1977.

LORBER, Judith. **Breaking the Bowls: Degendering and Feminist Change**. W.W.Norton: 2005.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado, o público e o privado. In: PHILLIPS, Anne (ed.). **Feminism and Politics**. NY, Oxford: Oxford University Press, p. 116-141. 1998. Col. Oxford Readings in Feminism. By: Revista Estudos Feminista. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>>.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas Feministas e questões de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338314\\_ARQUIV\\_O\\_PolíticasFeministasequestoesdegenero\\_Jussara.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338314_ARQUIV_O_PolíticasFeministasequestoesdegenero_Jussara.pdf)>.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **New York, Columbia University Press**. 1989. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>

---

## Reportagens

Ceder ou desistir: como o mercado de trabalho está transformando profissionais em donas de casa. Disponível em: <https://bit.ly/2Jf7FFu>. Último acesso em 10.07.2018.

Consentimento no sexo também é algo a ser ensinado aos nossos filhos. Disponível em: <https://bit.ly/2KIcr3E>. Último acesso em 10.07.2018.

Qual o lugar da mulher na democracia brasileira. Disponível em: <https://bit.ly/2u7yt5x>. Último acesso em 10.07.2018.

Negro na política: por que Marielle era a única?. Disponível em: <https://bit.ly/2L8QHkK>. Último acesso em 10.07.2018.